



CARGO:  
**ESCRIVÃO DE  
POLÍCIA FEDERAL**

**TURNO: MANHÃ**

### CADERNO DE PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

#### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e o nome do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome e o nome do cargo a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou ao nome do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

#### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.  
É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.  
Informações adicionais: 0(XX) 61 3448-0100 | [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br) | [sac@cespe.unb.br](mailto:sac@cespe.unb.br)

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros, que expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## PROVA OBJETIVA

1 O que tanta gente foi fazer do lado de fora do tribunal onde foi julgado um dos mais famosos casais acusados de assassinato no país? Torcer pela justiça, sim: as evidências  
4 permitiam uma forte convicção sobre os culpados, muito antes do encerramento das investigações. Contudo, para torcer pela justiça, não era necessário acampar na porta do tribunal, de  
7 onde ninguém podia pressionar os jurados. Bastava fazer abaixo-assinados via Internet pela condenação do pai e da madrasta da vítima. O que foram fazer lá, ao vivo? Penso que  
10 as pessoas não torceram apenas pela condenação dos principais suspeitos. Torceram também para que a versão que inculpou o pai e a madrasta fosse verdadeira.

13 O relativo alívio que se sente ao saber que um assassinato se explica a partir do círculo de relações pessoais da vítima talvez tenha duas explicações. Primeiro, a fantasia de  
16 que em nossas famílias isso nunca há de acontecer. Em geral temos mais controle sobre nossas relações íntimas que sobre o acaso dos maus encontros que podem nos vitimar em uma cidade grande. Segundo, porque o crime familiar permite o  
19 lenitivo da construção de uma narrativa. Se toda morte violenta, ou súbita, nos deixa frente a frente com o real traumático, busca-se a possibilidade de inscrever o acontecido  
22 em uma narrativa, ainda que terrível, capaz de produzir sentido para o que não tem tamanho nem nunca terá, o que não tem conserto nem nunca terá, o que não faz sentido.

Maria Rita Khel. **A morte do sentido**. Internet: <www.mariaritakehl.psc.br> (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens de **1 a 8**.

- 1 Sem prejuízo das relações sintático-semânticas do texto, os dois últimos períodos do primeiro parágrafo do texto poderiam ser corretamente reescritos da seguinte forma: Penso que as pessoas não torceram apenas pela condenação dos principais suspeitos, tendo torcido também — e principalmente — para que a versão que inculpou o pai e a madrasta fosse verdadeira.
- 2 Sem prejuízo do sentido original do texto, os dois-pontos empregados logo após “sim” (ℓ.3) poderiam ser substituídos por vírgula, seguida de **dado que** ou **uma vez que**.
- 3 De natureza indagativa, o texto coteja o comportamento do povo diante de determinados julgamentos. Em relação a uns, o povo se mobiliza ruidosamente; a outros, manifesta completo desinteresse.
- 4 O trecho “o que não tem tamanho nem nunca terá, o que não tem conserto nem nunca terá, o que não faz sentido” (ℓ.24-25) evoca o sentimento de revolta das famílias vítimas de violência urbana.

5 As expressões nominais “os culpados” (ℓ.4), “os jurados” (ℓ.7), “principais suspeitos” (ℓ.10-11) e o “o pai e a madrasta” (ℓ.12) formam uma cadeia coesiva, referindo-se a “um dos mais famosos casais acusados de assassinato no país” (ℓ.2-3).

6 A substituição da expressão “ainda que terrível” (ℓ.23) por **senão que terrível** preservaria a correção gramatical e o sentido original do texto.

7 O emprego dos elementos “onde” (ℓ.2) e “de onde” (ℓ.6-7), no texto, é próprio da linguagem oral informal, razão por que devem ser substituídos, respectivamente, por **no qual** e **da qual**, em textos que requerem o emprego da norma padrão escrita.

8 Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido do texto, a oração “que inculpou o pai e a madrasta” (ℓ.11-12) poderia ser isolada por vírgulas, sendo a opção pelo emprego desse sinal de pontuação uma questão de estilo apenas.

1 A fim de solucionar o litígio, atos sucessivos e concatenados são praticados pelo escrivão. Entre eles, estão os atos de comunicação, os quais são indispensáveis para que os  
4 sujeitos do processo tomem conhecimento dos atos acontecidos no correr do procedimento e se habilitem a exercer os direitos que lhes cabem e a suportar os ônus que a lei lhes impõe.

Internet: <http://jus.com.br> (com adaptações).

No que se refere ao texto acima, julgue os itens seguintes.

- 9 Não haveria prejuízo para a correção gramatical do texto nem para seu sentido caso o trecho “A fim de solucionar o litígio” (ℓ.1) fosse substituído por **Afim de dar solução à demanda** e o trecho “tomem conhecimento dos atos acontecidos no correr do procedimento” (ℓ.4-5) fosse, por sua vez, substituído por **conheçam os atos havidos no transcurso do acontecimento**.
- 10 Na linha 3, a correção gramatical do texto seria mantida caso a expressão “os quais” fosse substituída por **que** ou fosse suprimida, desde que, nesse último caso, fosse suprimida também a forma verbal “são”.
- 11 O trecho “os sujeitos (...) lhes impõe” (ℓ.3-6) poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: cada um dos sujeitos do processo tome conhecimento dos atos acontecidos no correr do procedimento e se habilite a exercer os direitos que lhes cabe e a suportar os ônus que a lei lhes impõe.

1 O processo penal moderno, tal como praticado  
 atualmente nos países ocidentais, deixa de centrar-se na  
 finalidade meramente punitiva para centrar-se, antes, na  
 4 finalidade investigativa. O que se quer dizer é que, abandonado  
 o sistema inquisitório, em que o órgão julgador cuidava  
 também de obter a prova da responsabilidade do acusado (que  
 7 consistia, a maior parte das vezes, na sua confissão), o que se  
 pretende no sistema acusatório é submeter ao órgão julgador  
 provas suficientes ao esclarecimento da verdade.

10 Evidentemente, no primeiro sistema, a complexidade  
 do ato decisório haveria de ser bem menor, uma vez que a  
 condenação está atrelada à confissão do acusado. Problemas de  
 13 consciência não os haveria de ter o julgador pela decisão em si,  
 porque o seu veredito era baseado na contundência probatória  
 do meio de prova “mais importante” — a confissão. Um dos  
 16 motivos pelos quais se pôs em causa esse sistema foi  
 justamente a questão do controle da obtenção da prova: a  
 confissão, exigida como prova plena para a condenação, era o  
 19 mais das vezes obtida por meio de coações morais e físicas.

Esse fato revelou a necessidade, para que haja  
 condenação, de se proceder à reconstituição histórica dos fatos,  
 22 de modo que se investigue o que se passou na verdade e se a  
 prática do ato ilícito pode ser atribuída ao arguido, ou seja, a  
 necessidade de se restabelecer, tanto quanto possível, a verdade  
 25 dos fatos, para a solução justa do litígio. Sendo esse o fim a  
 que se destina o processo, é mediante a instrução que se busca  
 a mais perfeita representação possível dessa verdade.

Getúlio Marcos Pereira Neves. *Valoração da prova e  
 livre convicção do juiz. In: Jus Navigandi*, Teresina,  
 ano 9, n.º 401, ago./2004 (com adaptações).

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto  
 acima, julgue os itens que se seguem.

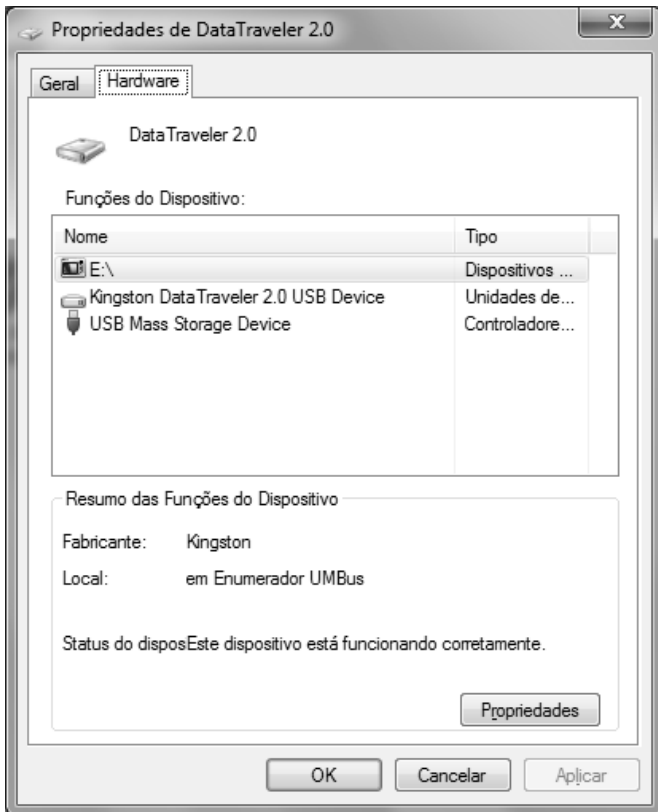
- 12 Seriam mantidas a correção gramatical e a coesão do texto,  
 caso o pronome “os”, em “não os haveria de ter” (ℓ.13), fosse  
 deslocado para imediatamente depois da forma verbal “ter”,  
 escrevendo-se **tê-los**.
- 13 Infere-se do emprego das expressões “tanto quanto possível”  
 (ℓ.24) e “a mais perfeita representação possível” (ℓ.27) que a  
 instrução processual nem sempre consegue retratar com  
 absoluta exatidão o que aconteceu na realidade dos fatos.
- 14 Depreende-se do texto que é praticado atualmente, ao menos  
 nos países ocidentais, um método investigativo no qual a  
 contundência probatória da confissão é suficiente para ensejar  
 a condenação do arguido.
- 15 A argumentação do autor centra-se nessas duas ideias:  
 condenação da imputação da pena baseada na confissão do  
 acusado e valorização da instrução processual na busca de  
 provas suficientes para uma solução justa do litígio.
- 16 O segundo período do primeiro parágrafo do texto estaria  
 gramaticalmente correto se fosse reescrito da seguinte forma:  
 Quer-se dizer que, não mais vigorando o sistema inquisitório  
 (no qual o órgão julgador cuidava também de obter a prova da  
 responsabilidade do acusado — a qual consistia, no mais das  
 vezes, na sua confissão), o que se almeja no sistema acusatório  
 é fornecer ao órgão julgador provas bastantes ao  
 esclarecimento da verdade.

Com relação à função e à linguagem das correspondências oficiais,  
 julgue os itens seguintes.

- 17 Formas de tratamento como **Vossa Excelência** e **Vossa  
 Senhoria**, ainda que sejam empregadas sempre na segunda  
 pessoa do plural e no feminino, exigem flexão verbal de  
 terceira pessoa; além disso, o pronome possessivo que faz  
 referência ao pronome de tratamento também deve ser o de  
 terceira pessoa, e o adjetivo que remete ao pronome de  
 tratamento deve concordar em gênero e número com a pessoa  
 — e não com o pronome — a que se refere.
- 18 Para comunicação entre unidades de um mesmo órgão,  
 emprega-se o memorando, expediente cuja tramitação  
 apresenta como principais características a rapidez e a  
 simplicidade.
- 19 O emprego do padrão culto da língua em expedientes oficiais  
 é justificado pelo alto nível de escolaridade daqueles que os  
 redigem e daqueles a quem se destinam.
- 20 A formalidade de tratamento empregada para se dirigir ao  
 destinatário de uma comunicação oficial varia de acordo com  
 a relação existente entre quem a expede e quem a recebe. Isso  
 equivale a dizer que a hierarquia presente entre os  
 interlocutores é determinante para a escolha adequada dos  
 pronomes de tratamento adotados no texto.

Julgue os itens a seguir, conforme a adequação da linguagem dos  
 excertos a um texto de correspondência oficial, o qual, segundo o  
**Manual de Redação da Presidência da República**, deve  
 caracterizar-se por impessoalidade, uso do padrão culto de  
 linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade.

- 21 Informamos que, na reunião passada, onde discutiram-se  
 questões relativas a revisão da remuneração de escrivães e  
 outros assuntos de ordem financeira, a ata não foi assinada por  
 todos os presentes.  
 Atenciosamente,  
 José da Silva
- 22 Senhor Corregedor,  
 A ação rigorosa da Polícia Federal no sentido de extirpar os  
 crimes de tráfico das comunidades menos favorecidas foi  
 determinante para que a operação fosse considerada  
 bem-sucedida até a presente fase. Faz-se necessário, agora,  
 que se acompanhem regularmente as atividades dos cidadãos  
 residentes nos locais envolvidos. Visa-se, com isso, a não  
 reincidência de crime nas etapas subsequentes do projeto e em  
 período posterior ao seu término.



Considerando a figura acima, que ilustra as propriedades de um dispositivo USB conectado a um computador com sistema operacional Windows 7, julgue os itens a seguir.

- 23 As informações na figura mostrada permitem inferir que o dispositivo USB em questão usa o sistema de arquivo NTFS, porque o fabricante é Kingston.
- 24 Ao se clicar o ícone USB Mass Storage Device, será mostrado, no Resumo das Funções do Dispositivo, em que porta USB o dispositivo está conectado.
- 25 Um clique duplo em Kingston DataTraveler 2.0 USB Device fará que seja disponibilizada uma janela contendo funcionalidades para a formatação do dispositivo USB.

Com relação a redes de computadores, julgue os itens seguintes.

- 26 Se uma impressora estiver compartilhada em uma *intranet* por meio de um endereço IP, então, para se imprimir um arquivo nessa impressora, é necessário, por uma questão de padronização dessa tecnologia de impressão, indicar no navegador *web* a seguinte url: `print://<IP_da_impressora>/<nome_do_arquivo>`, em que `IP_da_impressora` deve estar acessível via rede e `nome_do_arquivo` deve ser do tipo PDF.
- 27 Se, em uma *intranet*, for disponibilizado um portal de informações acessível por meio de um navegador, será possível acessar esse portal fazendo-se uso dos protocolos HTTP ou HTTPS, ou de ambos, dependendo de como esteja configurado o servidor do portal.



Com base na figura acima, que ilustra as configurações da rede local do navegador Internet Explorer (IE), versão 9, julgue os próximos itens.

- 28 Se o servidor *proxy* responder na porta 80 e a conexão passar por um *firewall* de rede, então o *firewall* deverá permitir conexões de saída da estação do usuário com a porta 80 de destino no endereço do *proxy*.
- 29 A opção Usar um servidor *proxy* para a rede local faz que o IE solicite autenticação em toda conexão de Internet que for realizada.

A respeito de tipos de computadores e sua arquitetura de processador, julgue os itens subsequentes.

- 30 Diferentemente de um processador de 32 *bits*, que não suporta programas feitos para 64 *bits*, um processador de 64 *bits* é capaz de executar programas de 32 *bits* e de 64 *bits*.
- 31 Um processador moderno de 32 *bits* pode ter mais de um núcleo por processador.

Acerca de organização, processos e gerenciamento de informações, julgue os itens que se seguem.

- 32 Considere que um usuário de *login* joao\_jose esteja usando o Windows Explorer para navegar no sistema de arquivos de um computador com ambiente Windows 7. Considere ainda que, enquanto um conjunto de arquivos e pastas é apresentado, o usuário observe, na barra de ferramentas do Windows Explorer, as seguintes informações: Bibliotecas > Documentos > Projetos. Nessa situação, é mais provável que tais arquivos e pastas estejam contidos no diretório `C:\Bibliotecas\Documentos\Projetos` que no diretório `C:\Users\joao_jose\Documents\Projetos`.
- 33 Título, assunto, palavras-chave e comentários de um documento são metadados típicos presentes em um documento produzido por processadores de texto como o BrOffice e o Microsoft Office.

Julgue os itens subsequentes, relativos a segurança da informação, procedimentos, práticas e outros aspectos.

- 34 Se uma solução de armazenamento embasada em *hard drive* externo de estado sólido usando USB 2.0 for substituída por uma solução embasada em *cloud storage*, ocorrerá melhoria na tolerância a falhas, na redundância e na acessibilidade, além de conferir independência frente aos provedores de serviços contratados.
- 35 Considere que o usuário de um computador com sistema operacional Windows 7 tenha permissão de administrador e deseje fazer o controle mais preciso da segurança das conexões de rede estabelecidas no e com o seu computador. Nessa situação, ele poderá usar o modo de segurança avançado do *firewall* do Windows para especificar precisamente quais aplicativos podem e não podem fazer acesso à rede, bem como quais serviços residentes podem, ou não, ser externamente acessados.
- 36 A política de mesa limpa e de tela limpa é medida essencial para a melhoria do controle de acesso lógico e físico em um ambiente corporativo seguro. Uma política alternativa seria a instalação de um sistema de *single-sign-on* no ambiente de sistemas de informações corporativo.
- 37 A zona desmilitarizada de uma rede (ZDM ou DMZ) é o local indicado para a instalação de um *gateway* de saída de uma sub-rede que adota um esquema de NAT (*network address translation*) para proteção de seus computadores no momento de acesso à Internet.
- 38 Considere que, visando reduzir o volume de tráfego Internet em uma rede corporativa, a administração da rede tenha instalado um sistema de *proxy* transparente. Nessa situação, tal *proxy* não contribuirá para o aumento da anonimidade dos usuários dessa rede na navegação Internet.
- 39 Para tratar um computador infestado por pragas virtuais do tipo *pop-up* e barra de ferramenta indesejada, é mais indicado o uso de aplicativos com funções de *antispyware* que aplicativos com função de antivírus. Em ambos os casos, a eficácia da remoção depende da atualização regular das assinaturas de *malwares*.
- 40 Imediatamente após a realização de um becape incremental utilizando-se um *software* próprio de becape, há expectativa de que esteja ajustado o *flag archive* de todos os arquivos originais que foram copiados para uma mídia de becape.

No dia 6 de junho, os protestos começaram no centro de São Paulo, com cerca de cento e cinquenta pessoas. As quatro manifestações seguintes atraíram a atenção nacional. No dia 17, manifestantes de outras capitais aderiram às manifestações. Também começam atos em Viçosa e Votuporanga. O dia 20 de junho foi o auge dos protestos. Logo depois, as autoridades começam a baixar as tarifas de transporte. Seis dias depois, as maiores manifestações se concentraram nas cidades que receberam jogos da Copa das Confederações, como Belo Horizonte.

O Estado de S.Paulo, 30/6/2013, p. A10 (com adaptações).

Considerando o texto acima e a amplitude do tema por ele focalizado, julgue os itens de 41 a 45.

- 41 Ainda que as opiniões sobre as manifestações de junho de 2013, no Brasil, se distingam em vários aspectos, os analistas políticos convergem para o seguinte entendimento: essas manifestações populares em nada diferem dos movimentos das Diretas-Já e dos Caras-Pintadas.

- 42 Embora com alguma variação de cidade para cidade, as manifestações citadas no texto foram organizadas para protestar contra as deficiências dos serviços prestados pelo poder público, notadamente nas áreas de transporte, saúde, educação e segurança.
- 43 A convocação, pelo Poder Executivo, de uma assembleia constituinte exclusiva para promover uma ampla reforma política foi uma evidente resposta do governo brasileiro às manifestações que tomaram conta de centenas de cidades brasileiras.
- 44 Nas duas maiores cidades brasileiras — São Paulo e Rio de Janeiro —, o problema das tarifas do transporte público permanece insolúvel visto que a fixação desses valores depende de lei a ser votada pelas respectivas câmaras municipais e assembleias legislativas estaduais.
- 45 A condenação dos gastos feitos pelo Brasil para sediar duas grandes competições promovidas pela FIFA, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, tornou-se bandeira presente em muitas das manifestações a que o texto alude, algumas das quais transformadas em atos de violência e vandalismo.

A Polícia Federal deflagrou a primeira etapa da operação Violência Invisível para desarticular um esquema de corrupção espalhado em mais de cem cidades em onze estados. A fase inicial da investigação teve como foco prefeituras de Minas Gerais e empresários do Espírito Santo, estes apontados como mentores do esquema. Nove pessoas foram presas: três ex-prefeitos mineiros, três empresários capixabas e três servidores públicos do governo de Minas Gerais.

O Globo, 3/7/2013, p. 8.

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas implicações do tema por ele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 46 Entre os crimes cometidos por gestores nos diversos níveis da administração pública nacional, como os que foram alvo da investigação mencionada no texto, são comuns as fraudes em licitações, a manipulação de precatórios e o superfaturamento nos custos de obras.
- 47 Visando responder às recentes manifestações de rua, o Senado Federal brasileiro aprovou o projeto que estende os efeitos da Lei da Ficha Limpa aos servidores de cargos comissionados e de funções de confiança nos três poderes da República.

Nos termos do Edital n.º 9/2012 – DGP/DPF, de 10/6/2012, do concurso público para provimento de vagas no cargo de escrivão de polícia federal, cada candidato será submetido, durante todo o período de realização do concurso, a uma investigação social que visa avaliar o procedimento irrepreensível e a idoneidade moral inatacável dos candidatos. O item 19.1 do edital prevê que a nomeação do candidato ao cargo fica condicionada à não eliminação na investigação social e ao atendimento a outros requisitos. Com base nessas informações, e considerando que Pedro Henrique seja um dos candidatos, julgue os itens seguintes.

- 48 A negação da proposição “Se Pedro Henrique não foi eliminado na investigação social, então ele será nomeado para o cargo” estará corretamente enunciada da seguinte forma: “Se Pedro Henrique foi eliminado na investigação social, então ele não será nomeado para o cargo”.
- 49 A negação da proposição “Pedro Henrique não será eliminado na investigação social e ele atende aos outros requisitos” estará corretamente redigida da seguinte forma: “Pedro Henrique será eliminado na investigação social e ele não atende a algum dos outros requisitos”.
- 50 As proposições “A nomeação de Pedro Henrique para o cargo fica condicionada à não eliminação na investigação social” e “Ou Pedro Henrique é eliminado na investigação social ou é nomeado para o cargo” são logicamente equivalentes.
- 51 Considere que sejam verdadeiras as proposições “Pedro Henrique não foi eliminado na investigação social” e “Pedro Henrique será nomeado para o cargo”. Nesse caso, será também verdadeira a proposição “Se Pedro Henrique foi eliminado na investigação social, então ele não será nomeado para o cargo”.

Dos 5.000 candidatos inscritos para determinado cargo, 800 foram eliminados pelos procedimentos de investigação social; 4.500 foram desclassificados na primeira etapa; 50 foram reprovados no curso de formação (segunda etapa), apesar de não serem eliminados na investigação social; 350 foram nomeados; todos os classificados na primeira etapa e não eliminados na investigação social até o momento da matrícula no curso de formação foram convocados para a segunda etapa; todos os aprovados no curso de formação e não eliminados na investigação social foram nomeados.

Tendo como referência esses dados hipotéticos, julgue os itens a seguir.

- 52 Infere-se das informações apresentadas que 50 candidatos foram reprovados no curso de formação e também eliminados no processo de investigação social.
- 53 Se um candidato inscrito para o referido cargo for selecionado ao acaso, então a probabilidade de ele ter sido eliminado no processo de investigação social será inferior a 20%.
- 54 Menos de 130 candidatos foram classificados na primeira etapa e eliminados na investigação social.

Suspeita-se de que um chefe de organização criminosa tenha assumido as despesas de determinado candidato em curso de preparação para concurso para provimento de vagas do órgão X.

P1: Existe a convicção por parte dos servidores do órgão X de que, se um chefe de organização criminosa pagou para determinado candidato curso de preparação para concurso, ou o chefe é amigo de infância do candidato ou então esse candidato foi recrutado pela organização criminosa para ser aprovado no concurso;

P2: Há, ainda, entre os servidores do órgão X, a certeza de que, se o candidato foi recrutado pela organização criminosa para ser aprovado no concurso, então essa organização deseja obter informações sigilosas ou influenciar as decisões do órgão X.

Diante dessa situação, o candidato, inquirido a respeito, disse o seguinte:

P3: Ele é meu amigo de infância, e eu não sabia que ele é chefe de organização criminosa;

P4: Pedi a ele que pagasse meu curso de preparação, mas ele não pagou.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos.

55 Com fundamento nas proposições P1, P2, P3 e P4, confirma-se a suspeita de que o chefe de organização criminosa tenha custeado para o candidato curso de preparação para o concurso.

56 A negação da proposição P4 é equivalente a “Não pedi a ele que pagasse meu curso, mas ele pagou”.

57 Com base nas proposições P1, P2, P3 e P4, é correto concluir que “A organização deseja obter informações sigilosas ou influenciar as decisões do órgão X”.

RASCUNHO

A administração pública brasileira evoluiu muito no último século. Abandonou o patrimonialismo, embora ainda persistam alguns traços desse modelo, e cada vez mais o país se aproxima do gerencialismo. No que se refere à administração pública, julgue os itens subsecutivos.

- 58 A última reforma administrativa amplamente divulgada pelo governo, em meados da década de 90 do século passado, recebeu de todos os setores da sociedade críticas que podem ser explicadas por dois principais motivos: a resistência ao novo e o fato de o Estado não ser visto, historicamente no Brasil, como um órgão que se coloca ao lado da sociedade, mas acima dela.
- 59 De acordo com Bresser Pereira, boa parte do treinamento administrativo e de consultoria dos anos 50 do século passado foi influenciada pelo racionalismo em busca de eficiência e eficácia e pela clara distinção entre política e administração.
- 60 A visão técnico-voluntarista da reforma associa a disciplina administrativa à esfera governamental e à esfera política e condiciona a sua efetividade à vontade e à disposição dos servidores públicos de endossar a abordagem prescrita e colocá-la em prática.
- 61 Apesar de ainda estar vigente no Estado brasileiro, a administração pública burocrática é um modelo já ultrapassado e, portanto, deve ser suplantado por completo pelo modelo de administração pública gerencial, que tem por objetivo principal a efetividade das ações governamentais e das políticas públicas.

A partir da década de 40 do século passado, o modelo POSDCORB (*planning, organizing, staffing, directing, coordinating, reporting, budgeting*), de Gullick, influenciou os tratados de administração pública e, até hoje, revela-se como fonte de inspiração para os principais autores do setor. A respeito desse assunto, julgue os próximos itens.

- 62 À medida que as tarefas fiquem mais complexas e a sua realização exija diversas habilidades diferentes, a departamentalização rígida e funcional, é a mais recomendada, pois facilita os mecanismos de controle.
- 63 Elementos como símbolos materiais, rituais, linguagem integram um sistema de valores que são compartilhados pelos membros de uma organização e definem a cultura da instituição.

No que concerne à administração financeira e orçamentária do Estado brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

- 64 De acordo com o Manual Técnico de Orçamento, dívida ativa corresponde a um crédito da fazenda pública, de natureza tributária ou não tributária, que é cobrado por meio da emissão de certidão de dívida ativa da fazenda pública da União, e equivale a um título executivo.
- 65 O regime de adiantamento denominado suprimento de fundos, uma vez que se destina à realização de despesas que não podem seguir o trâmite normal, prescinde de nota de empenho.

Acerca de ética no serviço público, julgue os seguintes itens.

- 66 A comissão de ética pode aplicar pena de censura e suspensão a servidor que, de maneira habitual, apresentar-se embriagado ao serviço ou fora dele.
- 67 A constituição da comissão de ética deverá ser comunicada formalmente, com indicação de seus membros titulares e respectivos suplentes, à Secretaria de Administração Federal da Presidência da República.

No que concerne a infração penal, fato típico e seus elementos, formas consumadas e tentadas do crime, culpabilidade, ilicitude e imputabilidade penal, julgue os itens que se seguem.

- 68 Considere que João, maior de dezoito anos de idade, tenha praticado crime de natureza grave, sendo, por consequência, processado e, ao final, condenado. Considere, ainda, que, no curso da ação penal, tenha sido constatado pericialmente que João, ao tempo do crime, tinha reduzida a capacidade de compreensão ou vontade, comprovando-se a sua semi-imputabilidade. Nessa situação, caberá a imposição cumulativa de pena, reduzida de um terço a dois terços e de medida de segurança.
- 69 Considere que Aldo, penalmente capaz, após ser fisicamente agredido por Jeremias, tenha comprado um revólver e, após municia-lo, tenha ido ao local de trabalho de seu desafeto, sem, no entanto, o encontrar. Considere, ainda, que, sem desistir de seu intento, Aldo tenha se posicionado no caminho habitualmente utilizado por Jeremias, que, sem nada saber, tomou direção diversa. Flagrado pela polícia no momento em que esperava por Jeremias, Aldo entregou a arma que portava e narrou que pretendia atirar em seu desafeto. Nessa situação, Aldo responderá por tentativa imperfeita de homicídio, com pena reduzida de um a dois terços.
- 70 Considere que Bartolomeu, penalmente capaz e mentalmente são, tenha praticado ato típico e antijurídico, em estado de absoluta inconsciência, em razão de estar voluntariamente sob a influência de álcool. Nessa situação, Bartolomeu será apenado normalmente, por força da teoria da *actio libera in causa*.
- 71 A responsabilidade penal da pessoa jurídica, indiscutível na jurisprudência, não exclui a responsabilidade de pessoa física, autora, coautora ou partícipe do mesmo fato delituoso, o que caracteriza o sistema paralelo de imputação ou da dupla imputação.
- 72 Considere que um esturador, no momento da consumação do delito, tenha sido agredido pela vítima que antes tentara subjugar. A vítima, então, de posse de uma faca, fere e imobiliza o agressor, mas, pensando ainda estar sob o influxo do ataque, prossegue na reação, infligindo-lhe graves ferimentos. Nessa situação, não é cabível ao esturador invocar legítima defesa em relação à vítima da tentativa de estupro, porquanto aquele que deu causa aos acontecimentos não pode valer-se da excludente, mesmo contra o excesso.
- 73 O peculato é conceituado doutrinariamente como crime funcional impróprio ou misto, porquanto na hipótese de não ser praticado por funcionário público, opera tipicidade relativa, passando a constituir tipo penal diverso.
- 74 A culpa inconsciente distingue-se da culpa consciente no que diz respeito à previsão do resultado: na culpa consciente, o agente, embora prevendo o resultado, acredita sinceramente que pode evitá-lo; na culpa inconsciente, o resultado, embora previsível, não foi previsto pelo agente.

Julgue os itens subsequentes, relativos à aplicação da lei penal e seus princípios.

- 75 Suponha que, no curso de determinado inquérito policial, tenha sido editada nova lei que, então, deixou de tipificar o fato, objeto da investigação, como criminoso. Nesse caso, o inquérito policial deve ser imediatamente encerrado, porquanto se opera a extinção da punibilidade do autor.
- 76 A contagem do prazo para efeito da decadência, causa extintiva da punibilidade, obedece aos critérios processuais penais, computando-se o dia do começo. Todavia, se este recair em domingos ou feriados, o início do prazo será o dia útil imediatamente subsequente.
- 77 Uma vez que as medidas de segurança não são consideradas penas, possuindo caráter essencialmente preventivo, a elas não se aplicam os princípios da reserva legal e da anterioridade.
- 78 No que diz respeito ao tema **lei penal no tempo**, a regra é a aplicação da lei apenas durante o seu período de vigência; a exceção é a extra-atividade da lei penal mais benéfica, que comporta duas espécies: a retroatividade e a ultra-atividade.

Acerca do inquérito policial, julgue os itens seguintes.

- 79 O valor probatório do inquérito policial, como regra, é considerado relativo, entretanto, nada obsta que o juiz absolva o réu por decisão fundamentada exclusivamente em elementos informativos colhidos na investigação.
- 80 O princípio que rege a atividade da polícia judiciária impõe a obrigatoriedade de investigar o fato e a sua autoria, o que resulta na imperatividade da autoridade policial de instaurar inquérito policial em todos os casos em que receber comunicação da prática de infrações penais. A ausência de instauração do procedimento investigativo policial enseja a responsabilidade da autoridade e dos demais agentes envolvidos, nos termos da legislação de regência, vez que resultará em arquivamento indireto de peça informativa.
- 81 A conclusão do inquérito policial é precedida de relatório final, no qual é descrito todo o procedimento adotado no curso da investigação para esclarecer a autoria e a materialidade. A ausência desse relatório e de indiciamento formal do investigado não resulta em prejuízos para persecução penal, não podendo o juiz ou órgão do Ministério Público determinar o retorno da investigação à autoridade para concretizá-los, já que constitui mera irregularidade funcional a ser apurada na esfera disciplinar.

A respeito da prova no processo penal, julgue os itens subsequentes.

- 82 A consequência processual da declaração de ilegalidade de determinada prova obtida com violação às normas constitucionais ou legais é a nulidade do processo com a absolvição do réu.
- 83 O exame caligráfico ou grafotécnico visa certificar, por meio de comparação, que a letra inserida em determinado escrito pertence à pessoa investigada. Esse exame pode ser utilizado como parâmetro para as perícias de escritos envolvendo datilografia ou impressão por computador.
- 84 A confissão extrajudicial do réu e outros elementos indiciários de participação no crime nos autos do processo são subsídios suficientes para autorizar-se a prolação de sentença condenatória.

No que tange à prisão em flagrante, à prisão preventiva e à prisão temporária, julgue os itens que se seguem, à luz do Código de Processo Penal (CPP).

- 85 A atual sistemática da prisão preventiva impõe a observância das circunstâncias fáticas e normativas estabelecidas no CPP e, sobretudo, em qualquer das hipóteses de custódia preventiva, que o crime em apuração seja doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- 86 Admite-se a prisão preventiva para todos os crimes em que é prevista prisão temporária, sendo esta realizada com o objetivo específico de tutelar a investigação policial.
- 87 O CPP dispõe expressamente que na ocorrência de prisão em flagrante tem a autoridade policial o dever de comunicar o fato, em até vinte e quatro horas, ao juízo competente, ao Ministério Público, à família do preso ou à pessoa por ele indicada e, ainda, à defensoria pública, se o apripionado não indicar advogado no ato da autuação.

No curso de uma investigação federal de grande porte, o juízo federal autorizou medida de busca e apreensão de bens e documentos, conforme descrito em mandado judicial, atendendo a representação da autoridade policial. Na realização da operação, houve dificuldade de identificação e de acesso ao imóvel apresentado na diligência, por estar situado em zona rural. Nesse mesmo dia, no entanto, durante a realização de outras diligências empreendidas no curso de operação policial de grande porte, os agentes chegaram ao sobredito imóvel no período noturno. Apresentaram-se, então, ao casal de moradores e proprietários do bem, realizando a leitura do mandado, com a exibição do mesmo, obedecendo às demais formalidades legais para o cumprimento da ordem judicial. Desse modo, solicitaram autorização dos moradores para o ingresso no imóvel e realização da diligência.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os próximos itens, com base nos elementos de direito processual.

- 88 Na execução regular da diligência, caso haja suspeita fundada de que a moradora oculte consigo os objetos sobre os quais recaia a busca, poderá ser efetuada a busca pessoal, independentemente de ordem judicial expressa, ainda que não exista mulher na equipe policial, de modo a não retardar a diligência.
- 89 Existindo o consentimento do marido para a entrada dos policiais no imóvel, com oposição expressa e peremptória da esposa, o mandado não poderá ser cumprido no período noturno, haja vista a necessidade de consentimento de ambos os cônjuges e moradores.



Com relação ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 90** A posse de um candidato aprovado em concurso público somente poderá ocorrer pessoalmente.
- 91** A frequência aos cursos de formação profissional da Academia Nacional de Polícia, nos casos de primeira investidura em cargo de atividade policial, é considerada de efetivo exercício para fins de aposentadoria.
- 92** O servidor público que revelar fato ou circunstância que tenha ciência em razão das suas atribuições, e que deva permanecer em segredo, comete ato de improbidade administrativa.
- 93** As penas aplicadas a quem comete ato de improbidade não podem ser cumuladas, uma vez que estaria o servidor sendo punido duas vezes pelo mesmo ato.
- 94** O Banco Central do Brasil é uma autarquia federal e compõe a administração pública direta da União.

No que se refere a licitações, julgue o item abaixo.

- 95** Haverá dispensa de licitação nos casos em que houver fornecedor exclusivo de determinado equipamento.

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os seguintes itens, de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF).

- 96** Conforme a CF, admite-se a perda de direitos políticos na hipótese de cancelamento da naturalização por decisão administrativa definitiva.
- 97** Considere que a Polícia Federal tenha recebido denúncia anônima a respeito de suposta prática delituosa inserida em seu âmbito de investigação. Nessa situação, o órgão não poderá investigar, visto que a CF veda expressamente o anonimato e a consequente deflagração da persecução penal com fundamento na referida denúncia anônima.

À luz do disposto na CF, julgue o item abaixo, a respeito dos crimes de responsabilidade do presidente da República.

- 98** Nos crimes de responsabilidade, o presidente da República ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal.

Julgue os próximos itens relativos à defesa do Estado e das instituições democráticas.

- 99** A apuração de infrações penais cometidas contra os interesses de empresa pública federal insere-se no âmbito da competência da Polícia Federal.
- 100** Considere que determinada lei ordinária tenha criado órgão especializado em perícia e o tenha inserido no rol dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Nessa situação, a lei está em consonância com a CF, a qual admite expressamente a criação de outros órgãos públicos encarregados da segurança pública, além daqueles previstos no texto constitucional.

No que se refere à ordem social, julgue o item seguinte.

- 101** A CF reconheceu aos índios a propriedade e posse das terras que tradicionalmente ocupam.

No que tange à segurança de estabelecimentos financeiros, julgue o item abaixo, com base na Lei n.º 7.102/1983.

- 102** Em estabelecimentos financeiros estaduais, a polícia militar poderá exercer o serviço de vigilância ostensiva, desde que autorizada pelo governador estadual.

A respeito dos crimes contra o meio ambiente, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 9.605/1998.

- 103** Um cidadão que cometer crime contra a flora estará isento de pena se for comprovado que ele possui baixa escolaridade.

No que diz respeito às infrações penais de repercussão interestadual ou internacional (Lei n.º 10.446/2002), julgue o item seguinte.

- 104** Caso determinada contravenção penal tenha repercussão interestadual, poderá o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública, proceder à sua investigação.

Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue o próximo item.

**105** Suponha que um cidadão tenha sido preso, mediante determinação judicial, por supostamente ter filmado cena de sexo explícito envolvendo adolescentes. Nessa situação, se o cidadão comprovar que tudo não passava de simulação, não haverá crime e ele deverá ser posto em liberdade.

Julgue o item abaixo, a respeito da deportação de estrangeiro prevista na Lei n.º 6.815/1980.

**106** Estrangeiro que se encontre em situação irregular no Brasil poderá ser deportado para outro país que não o de sua nacionalidade ou procedência.

No que concerne aos aspectos penais e processuais da Lei de Drogas e das normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, julgue os itens seguintes.

**107** Para comercializar produtos químicos que possam ser utilizados como insumo na elaboração de substâncias entorpecentes, o comerciante deverá ser cadastrado no Departamento de Polícia Federal e possuir licença de funcionamento, concedida pelo mesmo departamento.

**108** Considere que determinado cidadão esteja sendo processado e julgado por vender drogas em desacordo com determinação legal. Nessa situação, se o réu for primário e tiver bons antecedentes, sua pena poderá ser reduzida, respeitados os limites estabelecidos na lei.

Acerca de arquivologia, julgue os itens de **109 a 112**.

**109** O princípio arquivístico fundamental para a organização dos documentos é o princípio temático, também conhecido como princípio da pertinência.

**110** O arquivo do Departamento de Polícia Federal é constituído de todos os documentos produzidos e(ou) recebidos, no cumprimento da missão institucional. O tratamento desse arquivo deve ser feito de acordo com as orientações do Conselho Nacional de Arquivos.

**111** A gestão de documentos, reconhecida inclusive na legislação arquivística brasileira, visa garantir que os arquivos sejam instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e elementos de prova e informação.

**112** Em algumas situações, os documentos de arquivo precisam passar por vários setores da instituição, onde são tomadas decisões com relação ao tema do documento. A trajetória realizada pelo documento desde sua produção até o cumprimento de sua função administrativa é conhecida como tramitação. A trajetória realizada pelo documento deverá ser registrada para futuro conhecimento.

Julgue os itens seguintes, no que se refere à classificação e à tabela de temporalidade de documentos.

**113** A organização de documentos de arquivo envolve a classificação, a ordenação e o arquivamento. A classificação e a ordenação são operações intelectuais e o arquivamento, uma operação física.

**114** Definir a destinação final de determinado documento de arquivo é estabelecer o seu prazo de guarda nos arquivos corrente e intermediário.

**115** O Departamento de Polícia Federal deve utilizar a tabela de temporalidade de documentos de arquivo elaborada pelo Conselho Nacional de Arquivos, para avaliar os documentos de arquivo produzidos e(ou) recebidos pela sua atividade-meio.

**116** Os documentos de arquivo, após cumprirem o prazo de guarda nos arquivos correntes, devem ser transferidos para o arquivo permanente.

**117** O instrumento elaborado para a classificação dos documentos de arquivo é o plano de destinação de documentos.

Com relação à preservação e conservação de documentos de arquivo, julgue os itens que se seguem.

**118** A principal medida para preservar documentos em suporte papel é a encapsulação.

**119** Para preservar e conservar documentos de arquivo é necessário desenvolver ações nos momentos de produção, de tramitação, de acondicionamento e de armazenamento físico, independentemente do suporte documental utilizado.

**120** Deve ser previsto espaço para o armazenamento separado dos diversos suportes documentais nas áreas de depósito de documentos de arquivo.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas na primeira página, pois não será avaliado o texto que apresentar qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **13,00 pontos**, dos quais até **0,60 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

Juca, brasileiro, maior, capaz, após viagem ao Uruguai, ingressou no território nacional trazendo em sua bagagem dezesseis equipamentos de informática de origem estrangeira, especificamente placas e processadores para microcomputadores, desacompanhados da documentação legal, sem pagamento de tributos devidos e sem autorização da autoridade competente para ingresso dos bens no país. Juca pretendia montar máquinas caça-níqueis.

Ao desembarcar no aeroporto internacional de Brasília, Juca foi abordado por agentes da Receita Federal e da Polícia Federal, em operação conjunta, e, após diligências preliminares, com apreensão dos equipamentos e autuação na esfera administrativa/fiscal, foi imediatamente conduzido e apresentado à Delegacia da Polícia Federal para a consecução dos procedimentos legais, juntamente com toda documentação e objetos referentes ao caso. Os bens foram avaliados pela autoridade fiscal em R\$ 40.000,00, cujos impostos devidos equivaleriam ao montante de R\$ 18.000,00.

Na Delegacia da Polícia Federal, Juca declarou que os bens apreendidos seriam de propriedade de terceiros e receberia a quantia de R\$ 500,00 apenas pelo transporte e entrega. Por ser pessoa sem recursos financeiros, solicitou ao delegado assistência jurídica da Defensoria Pública, tendo o defensor plantonista prontamente comparecido ao local. Este, ao tomar conhecimento da situação, informou ao delegado a impossibilidade de se efetivar, por ora, qualquer procedimento contra Juca, tampouco a autuação do indivíduo, em face da ausência de conclusão do procedimento administrativo fiscal, devendo ser ordenada a liberação imediata do acusado. Caso o delegado assim não proceda, a autoridade policial e o escrivão podem ser responsabilizados criminalmente, ante a advertência apresentada, em especial, o escrivão, por cumprir ordem manifestamente ilegal.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, redija um texto dissertativo, respondendo, necessariamente e de maneira justificada, aos questionamentos a seguir. Em seu texto, dispense fatos novos.

- ▶ O simples ingresso, em território nacional, dos bens descritos na situação hipotética constitui crime? Em caso afirmativo, qual(is) seria(m) a(s) infração(ões) penal(is) cabível(is)? [valor: **2,40 pontos**]
- ▶ Admite-se a lavratura do auto de prisão em flagrante? Há necessidade de instauração de inquérito policial? [valor: **5,00 pontos**]
- ▶ O escrivão poderá ser responsabilizado caso cumpra determinação da autoridade policial para realizar a lavratura dos documentos pertinentes ao caso? [valor: **5,00 pontos**]

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	